

O combate ao racismo na educação superior: a experiência dos NEAB's das universidades estaduais do Paraná

The fight against racism in higher education: the experience of NEAB's from state universities in Paraná

Maria Nilza da Silva¹

Gabriel Gustavo Santos¹

Delton Aparecido Felipe²

Mariana Aparecida dos Santos Panta¹

Sonia Maria dos Santos Marques³

Clodoaldo Porto Filho¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v23i52.972>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades realizadas conjuntamente por sete universidades estaduais do Paraná na “2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior da América Latina” (2021), iniciativa proposta pela Cátedra Unesco “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, coordenada por Daniel Mato, da Universidad Nacional Tres Febrero- UNTREF, Argentina. Para discorrer sobre essa experiência de forma contextualizada, o artigo tem como ponto de partida uma breve abordagem dos impactos do racismo no sistema educacional brasileiro, bem como de alguns aspectos da luta antirracista no Brasil e no Paraná, com destaque à intensa mobilização pela implementação, aprimoramento e continuidade das ações afirmativas para a população negra na educação superior. Em seguida, apresenta as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior do Paraná no âmbito da campanha de erradicação do racismo. Dentre os principais resultados obtidos, destacam-se as profícuas trocas de experiências entre as universidades do Paraná, que propiciaram a criação de redes de apoio e colaboração interinstitucional para o fortalecimento de ações de combate ao racismo na educação superior em diálogo com outras instituições nacionais e internacionais.

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

Palavras-chave: racismo; antirracismo; ações afirmativas; educação superior.

Abstract: This work aims to present the activities carried out jointly by seven state universities of Paraná in the “2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior da América Latina” (2021), an initiative proposed by the Unesco Chair “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, coordinated by Daniel Mato, from Universidad Nacional Tres Febrero - UNTREF, Argentina. In order to discuss this experience in a contextualized way, the article starts with a brief approach to the impacts of racism on the Brazilian educational system, as well as some aspects of the anti-racist struggle in Brazil and Paraná, with emphasis on the intense mobilization for implementation, improvement and continuity of affirmative actions for the black population. Among the main results obtained, the fruitful exchanges of experiences between the universities of Paraná stand out, which led to the creation of support networks and inter-institutional collaboration to strengthen actions to combat racism in higher education in dialogue with other national and international institutions. international.

Keywords: racism; antiracism; affirmative actions; college education.

1 INTRODUÇÃO

Ao destacar o engajamento na luta contra o racismo, o trabalho em questão busca apresentar as atividades realizadas conjuntamente por sete universidades estaduais⁴ do Paraná no âmbito da “2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior da América Latina”, de 2021, proposta pela Cátedra Unesco “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina” da Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF). As atividades foram desenvolvidas por meio do projeto “Universidades Estaduais do Paraná na luta contra o racismo”, selecionado pela Cátedra Unesco, dentre os 20 projetos de universidades de toda América Latina.

O objetivo foi potencializar o diálogo em rede no contexto estadual para refletir sobre o modo como o racismo se manifesta no ambiente universitário e compartilhar experiências institucionais de enfrentamento a essa questão, com vistas a oferecer caminhos para a supressão de práticas racialmente discriminatórias no estado do Paraná. Nesse horizonte, com esse artigo, almejamos, a partir

⁴ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

da experiência exposta, enfatizar e fomentar o desenvolvimento de mobilizações coletivas entre as instituições de ensino superior (IES) para a promoção de uma educação inclusiva e igualitária, livre do racismo, discriminação racial e violências correlatas.

Desse modo, o artigo está dividido da seguinte forma: no primeiro momento apresentamos um breve panorama dos impactos da ideologia racista na educação brasileira. Em seguida, discorremos sobre a luta antirracista no Brasil e suas influências no campo educacional. Logo após, abordamos brevemente algumas especificidades da formação sócio-histórica do Paraná e contextualizamos sobre as sete universidades que participaram da iniciativa, destacando o seu compromisso em combater o racismo. E, finalmente, explanamos as ações desenvolvidas, bem como os seus impactos.

2 O RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA FERIDA ABERTA

Jerry Dávila, em *O diploma da brancura* (2006), expõe como o sistema educacional brasileiro, no início do século XX, foi considerado uma das principais instituições para resolver o problema da identidade nacional e da formação da nação diante de sua racialização e da consequente hierarquização da população brasileira. No mesmo sentido, a pesquisadora Adlene Arantes (2016, p. 363) afirma:

Uma das preocupações vigentes no início da República brasileira era a construção de uma identidade nacional que pudesse viabilizar o progresso tão almejado para o nosso país. Nesse contexto, emergiu a biotipologia como campo de conhecimento com suas práticas de caracterização do corpo humano a partir de medidas e classificações de aspectos biológicos. Assim, homens, mulheres e crianças foram avaliados, tomando como referência parâmetros de corpos 'normais' e 'ideais', para que se conseguisse definir um tipo físico ou biotipo nacional de acordo com os pressupostos da medicina constitucional, ou melhor, da emergente biotipologia.

A ciência, em praticamente todas as áreas- Biologia, Sociologia, Antropologia, entre outras-, foi usada para justificar e hierarquizar a população brasileira, como demonstra o estudo de Schwarcz (1993). Desde meados do século XIX, destacava-se a preocupação da elite branca brasileira com aquilo que era denominado o "problema da miscigenação", segundo o qual o futuro da nação brasileira

deitaria de sua capacidade em apagar⁵ os elementos negros e indígenas da composição social (.), eliminando progressivamente suas presenças.

Essa foi, por muito tempo, a principal bandeira levantada por muitos daqueles que detinham o destino da emergente nação em suas mãos. É nesse contexto que o ideal de branqueamento se torna um imperativo para o desenvolvimento nacional. Esse processo *sui generis* que se desenvolveu no Brasil, buscou embranquecer a população por meio de três principais estratégias: I. apagamento simbólico dos grupos não desejáveis, II. fomento à mestiçagem através do incentivo à imigração europeia e III. por meio de uma educação eugênica⁶.

Tinha-se o entendimento geral naquele período, a partir de teorias de cunho racista, que os indivíduos negros e indígenas não representavam, nem sob o ponto de vista estético, nem sob o ponto de vista moral e intelectual (Muller, 2016), modelos de referência para uma sociedade que se pretendia civilizada aos moldes definidos por Francis Galton⁷.

Nessa perspectiva, a partir da segunda metade do século XX, emergem um conjunto de políticas públicas voltadas à educação, de caráter eugenista, que tinham como função embranquecer “o comportamento e as condições sociais” dos indivíduos negros e pobres (Dávila, 2006, p. 55). Nesse viés, a brancura, para além de uma questão de cor de pele, se referia a uma junção de elementos socialmente elaborados que deviam ser apreendidos pelos negros a fim de contribuir com o “melhoramento” da raça.

As escolas brasileiras passam, então, a ser orientadas a partir de um discurso médico de viés higienista, o qual realizava a mensuração física e mental dos estudantes a fim de selecionar e agrupá-los morfofisiologicamente em estratos superiores e inferiores (Dávila, 2006). Tendo em vista a ideologia racista bastante

⁵ Vale lembrar que esses ideais foram difundidos em congressos internacionais como o que ocorreu em 1911, em Londres. João Batista de Lacerda, representando o governo brasileiro, apresentou a solução para uma sociedade que, baseada nas teorias raciais europeias, estaria condenada ao fracasso. Ele apresentou o texto *Sur les Metis – Sobre os Mestiços*, no qual destaca a contribuição de Roquette Pinto sobre a previsão de que a partir de um século, ou seja, em 2012, o Brasil não teria mais nenhum negro, seria composto por 80% de brancos, 17% de indígenas e 3% de mestiços (Lacerda, 1911).

⁶ A eugenia se caracteriza como um ramo do conhecimento que tinha como objetivo estabelecer um método de seleção humana baseado em critérios biológicos (Diwan, 2015).

⁷ Considerado o Pai da Eugenia

pungente da época, não é difícil imaginar como os indivíduos negros eram recebidos e tratados nesses ambientes.

Esse contexto de racismo, marginalização social e exclusão se reflete na atualidade da educação brasileira, fazendo perdurar desvantagens materiais e simbólicas em relação aos negros e outros grupos sociais discriminados, como demonstram sobejamente os diversos indicadores sociais. No Paraná, por exemplo, da população de 15 a 29 anos que não completou o ensino fundamental, 20,4% é branca; 35,2% é preta; e 34,4% é parda (Delgado, 2018), redundando na diminuição de oportunidades para o grupo negro em conseguir empregos formais e bem remunerados, o que pode levar a um ciclo de pobreza e marginalização desse segmento.

3 A LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL

Foi buscando lidar com os problemas e desafios da população negra, como os evidenciados no tópico anterior, que a luta antirracista no Brasil adquiriu contornos mais sólidos com o ativismo negro, principalmente a partir da formação, na primeira metade do século XX, dos clubes negros, da imprensa negra, da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro. Posteriormente, fortaleceu-se com a formação do Movimento Negro Unificado (1978) e de movimentos sociais contemporâneos, de natureza diversa, cujas lutas promoveram importantes avanços, sobretudo no que se refere às leis educacionais sancionadas no início do milênio.

Esse Movimento Negro contemporâneo tem sido contestador do *status-quo* e do privilégio branco. Segundo Sander (1988), é um movimento que reordena significados e enunciados sociais, que exerce uma função de luta que possibilita direitos e oportunidades à população negra, população esta que durante séculos utilizou diferentes estratégias de luta para garantir as condições de existência na manutenção da própria vida. Nessa linha de pensamento, Gomes (2010) pontua que o Movimento Negro sempre teve a educação como foco de luta e de resistência, assim como sempre a compreendeu como um instrumento primordial na mudança dos paradigmas sociais.

Gomes, Silva e Brito (2021) afirmam que, a partir dos anos 2000, ocorreu a intensificação dos questionamentos do Movimento Negro em relação ao modelo educacional vigente, correlacionando-o ao modelo de exclusão social que atingia,

sobremaneira, os negros. Dentre as conquistas garantidas por sua atuação, estão a Lei 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinando a inclusão da História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica e foi aprimorada pela Lei 11.645/2008, que incluiu os conteúdos referentes à História e Cultura dos povos indígenas; e a política de cotas⁸ para negros na educação superior, implantada desde 2002 em algumas instituições de ensino superior e que, em 2012, se tornou norma em todas as instituições federais de ensino superior através da Lei 12.711 (Brasil, 2012). Cabe aqui lembrar que antes mesmo da criação da Lei 12.711, algumas instituições de ensino superior no âmbito estadual e federal, utilizando de sua autonomia e/ou por força de lei estadual, adotaram cotas voltadas para a população negra, como foi o caso da Universidade de Brasília (UNB) - alvo da petição do DEM de inconstitucionalidade -, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Todas adotaram o sistema de cotas em 2004 (Felipe, 2022).

No âmbito das instituições estaduais, na Bahia, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), utilizando de sua autonomia, aprovou cotas para negros em 2002 e, no Estado do Rio, o então o Deputado José Amorim Pereira, do extinto PPB-RJ, em 2001 propôs uma Lei, projeto 2.490/2001, para criar uma emenda reservando vagas para estudantes negros em universidades públicas. Aprovado em outubro do mesmo ano, o projeto se transformou na Lei 3.708/2001, que criou a cota mínima de 40% para “negros e pardos”, no preenchimento das vagas de todos os cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) (Felipe, 2022).

Algumas dessas universidades estaduais representaram a vanguarda no processo de implantação das ações afirmativas no início do século XXI. Pautadas pela diversidade das realidades locais abriam-se para, com diferentes estratégias, seja por leis estaduais ou por respostas às demandas dos movimentos sociais, notadamente do Movimento Negro, iniciar um processo que marca o ensino superior brasileiro, caracterizado pelo elitismo e exclusão de grande parcela da

⁸ O sistema de cotas nas universidades públicas do país tem como objetivo compensar parte das estratégias de exclusão adotadas pela elite brasileira contra aqueles que eram considerados inferiores e inadequados para a emergente nação brasileira, ou seja, a população negra e indígena.

população, sobretudo da população negra, povos indígenas e demais grupos discriminados. A seguir, abordaremos, ainda que sucintamente, o contexto das relações étnico-raciais no Paraná. Na sequência, discorreremos sobre as ações desenvolvidas pelas sete universidades estaduais em questão.

4 O ESTADO DO PARANÁ E O IDEÁRIO DO BRANQUEAMENTO

O Paraná surge, como província emancipada de São Paulo, em 02 de agosto de 1853, sob a Lei nº 704, homologada por Dom Pedro II. Nessa época, sua população total era de 62.258 habitantes, dos quais 15%, aproximadamente 9.500 pessoas, eram negros escravizados (Felipe, 2018). É também nesse período que a região cria políticas para empregar mais imigrantes europeus, contabilizando cerca de 20 mil em 1886, dois anos antes da abolição. Com a chegada dessa nova mão de obra, tem-se a diminuição do percentual da população negra em virtude de diversos fatores como mortes e transferências para outros lugares, o que fez com que em 1887, o seu total caísse para 3.600 (Felipe, 2018).

Esse aumento de imigrantes faz parte do que o pesquisador Delton Felipe (2018), em seu artigo *A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória*, chamou de política do esquecimento da população negra. Por política do esquecimento, o autor entende a omissão deliberada da história e cultura desse povo, com o intuito de eclipsá-la da memória oficial. Nesse sentido, o imigrante europeu é utilizado pela elite paranaense como borracha para apagar a presença negra por meio do embranquecimento populacional.

Ao se desvencilhar de São Paulo, a província do Paraná inicia um processo de construção de uma identidade própria, na qual o negro não era bem-vindo. É nessa busca que, em 1899, o historiador Alfredo Romário Martins lança o livro *História do Paraná*, que influenciaria decisivamente a edificação de uma identidade local por parte da elite intelectual da época. A esse respeito, Felipe (2018) nos chama a atenção para o fato de que o pensamento de Romário Martins estava simbioticamente relacionado às teorias raciais eugênicas daquele período. Desse modo, o conceito de “Paranismo”, que serviu como sustentáculo da memória oficial do estado, desenvolvido por ele e outros autores, despreza as figuras dos negros e povos indígenas e deslegitimam suas contribuições na construção da sociedade paranaense.

Muitos teóricos do Paranismo defendiam que o Paraná era um lugar diferente dos demais estados brasileiros devido ao seu clima e formação histórica supostamente isenta da escravidão. O historiador Wilson Martins, por exemplo, em sua obra *Um Brasil diferente* (1989), define o estado como “[...] uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. *Sem escravidão, sem negro, sem portugueses e sem índio*, dir-se-ia que a sua definição não é brasileira” (Martins, 1989, p. 446 *apud* Felipe, 2018, p. 84, grifos nossos). Essa visão se manteve enraizada no imaginário popular durante décadas, inclusive sendo fomentada pelo governo através da criação de políticas públicas que favoreciam os imigrantes europeus em detrimento da população negra e indígena.

De acordo com Felipe (2018), apesar de sempre ter havido focos de resistência negra, é recente o início de uma revisitação por uma história dita “oficial” da população negra, que visa, entre outras questões, repensar a figura do negro, reconhecendo e valorizando suas contribuições na formação da sociedade brasileira, desconstruindo os discursos que os estigmatizavam. Esse processo se dá, sobretudo, no âmbito das IES do estado, que criam focos de resistência, como veremos a seguir.

5 LUTA E RESISTÊNCIA NEGRA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

No âmbito das IES do Paraná, destaca-se a atuação dos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB's e seus congêneres, que, cada vez mais, têm se configurado como espaço de estudo, reflexão crítica, produção acadêmica vinculada ao campo das relações étnico-raciais e, sobretudo, de luta política em defesa das ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo em suas variadas formas de manifestação. A própria presença dos NEAB's no âmbito das IES é fruto de uma extensiva e permanente luta para continuar existindo nas universidades, *locus* de manifestação, produção e reprodução do racismo.

Os NEAB's se destacam nesse cenário por congregarem os negros intelectuais no âmbito das universidades e assumirem o papel de sujeitos coletivos, isto é, de sujeitos orgânicos na construção e difusão dos saberes por eles produzidos sobre as questões relacionadas aos afro-brasileiros, identificando conhecimentos, manifestações e formas de pensar, de estar no mundo, concepções, linguagens e

pressupostos não hegemônicos. Com isso, contribuem para uma discussão sobre os processos de produção e difusão de conhecimentos intrinsecamente ligados às lutas históricas empreendidas pelas populações negras nas diásporas africanas contra o racismo e as desigualdades raciais, nos espaços de religiosidades, nos quilombos, nos movimentos negros organizados, na imprensa, nas artes e na literatura, nas escolas e universidades, nas organizações não-governamentais, nas empresas e nas diversas esferas estatais. Neles, a intelectualidade negra se organiza e atua coletivamente.

Os trabalhos desenvolvidos pelos NEAB's nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão no interior das universidades por todo país os distinguem dos demais espaços e os caracterizam como sujeitos ativos e coletivos no contexto da luta ideológica contra o racismo. Sabemos que o racismo atua como ideologia dominante e que ele está difundido por toda a sociedade, inclusive dentro da universidade enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra o sistema social como um todo. É nesse terreno que os NEAB's ganham cada vez mais importância e significado, tornando-se espaços de formação e de produção do conhecimento contra-hegemônico. Além de combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses núcleos, ao mesmo tempo, também combatem o racismo institucional.

Ao realizarem estudos e pesquisas específicas sobre a temática étnico-racial, os NEAB's assumem a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos. Trata-se de um tipo de conhecimento articulado às vivências dos negros intelectuais como sujeitos nos (e com os) movimentos sociais (Gomes, 2010, p. 492-4). Nesse tipo de conhecimento, a parceria com os movimentos sociais, em particular com o movimento negro, é de fundamental importância na sua produção e na criação de um novo olhar sobre as ciências.

No cotidiano universitário e notadamente durante a pandemia de COVID-19, os NEAB's expressaram forte preocupação com a situação dos estudantes negros, especialmente os provenientes de políticas de ações afirmativas. Muitos NEAB's

passaram a requerer dos gestores das universidades nas quais estão inseridos a disponibilização de dados sobre os estudantes. Diante de diversas barreiras encontradas, alguns NEAB's, mesmo em condições precárias, chegaram a realizar pesquisas próprias, a contatar estudantes através de ligações telefônicas, *WhatsApp*, plataforma *Google Meet*, entre outros meios de comunicação, em busca de compreender a realidade social desses acadêmicos diante do cenário pandêmico e, a partir dos dados coletados, discutiram estratégias e ações com vistas a diminuir os impactos da crise sanitária em suas trajetórias acadêmicas e no atual contexto.

Os NEAB's, coordenados pelos/as pouquíssimos/as professores/as negros/as, em parceria com o Movimento Negro, comunidade universitária e diferentes instituições da sociedade civil, entre as suas diversas frentes de atuação, têm desempenhado um papel imprescindível no que se refere à luta pela democratização efetiva da educação superior através da implementação, avaliação, aprimoramento e continuidade das políticas de ações afirmativas nas universidades, duramente conquistadas (Paraná, 2003).

O Paraná tem universidades estaduais que abrangem quase todos as regiões do estado, em seus diversos campi: A Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (Unicentro); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Juntas, possuem 97.078 estudantes matriculados regularmente nos seus 380 cursos de graduação e mais de 200 cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Nelas, atuam 7.685 docentes e 8.847 agentes universitários. Dentre os docentes, 57% (4.853) são doutores, 32% (2.235) são mestres, 9% (492) são especialistas e 2% (105) são graduados (Paraná, 2019).

A *Universidade Estadual de Londrina* (UEL) foi criada em 1970 a partir da agregação de cinco faculdades e está localizada na região norte do estado do Paraná. O ensino gratuito⁹ na universidade foi implantado em 1987.

No longo processo de implantação das ações afirmativas na UEL, destaca-se o protagonismo do Movimento Negro de Londrina, sob a liderança de Dona

⁹ Disponível em: http://www.uel.br/proplan/plano_diretor_2010_2015/texto_numerado_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

Vilma Santos de Oliveira, a Yá Mukumby¹⁰, que contou com a parceria da Fundação Cultural Palmares, sob a presidência de Zulu Araújo, que participou e acompanhou o processo na UEL. As cotas foram aprovadas¹¹ em julho de 2004. O Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), atual Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)¹⁷ teve uma importante participação no processo de manutenção e consolidação das cotas para a população negra na universidade, notadamente na elaboração e coordenação de projetos para garantir a permanência dos/as cotistas negros/as e, sobretudo, no melhoramento da política.

Em 2011, novamente houve a união de forças do Movimento Negro, da comunidade interna com a atuação de professores, estudantes e membros da sociedade londrinense para participarem da primeira avaliação do sistema¹². Cabe destacar que, nesse momento, foi eliminada a obrigatoriedade de a proporção do número de vagas corresponder ao número proporcional de inscritos. A partir dessa avaliação, a UEL passou a reservar efetivamente 20% de suas vagas para estudantes negros/as oriundos de escola pública, pois antes, essa porcentagem correspondia apenas ao teto da reserva para esse grupo populacional, visto que estava atrelada ao número de inscritos. Em 2017 houve nova avaliação¹³, contando sempre com intensa mobilização da comunidade universitária, em especial com a participação de docentes e estudantes, do Movimento Negro, da comunidade londrinense em geral e de pesquisadores convidados como Kabengele Munanga (USP), José Jorge de Carvalho (UnB), Marcelo Tragtenberg (UFSC), Dora Lucia Bertulio (UFPR), entre tantos outros/as. Nessa avaliação, o sistema foi confirmado e aprovado por mais 20 anos e, além desse aspecto, a política para a população negra foi ampliada, com a adoção de 5% para negros/as independente do percurso escolar¹⁴.

¹⁰ Cf. Silva e Panta (2019).

¹¹ Disponível em: https://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/resolucao_78_04.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

¹² Entre dezembro de 2004 e junho de 2006, o NEAA foi coordenado por Maria Nilza da Silva. De julho 2006 a junho de 2010 foi coordenado por Elena Andrei. De junho de 2010 a abril de 2013 foi coordenado por Rosane Borges e de agosto de 2013 a junho de 2022, o Núcleo foi coordenado por Maria Nilza da Silva.

¹³ Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2017/resolucao_08_17.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

¹⁴ Atualmente as ações afirmativas na UEL estão com a seguinte configuração: 40% de reserva de

A *Universidade de Ponta Grossa* (UEPG) foi fundada em 1970, está localizada na região centro-sul do estado e também foi resultado da incorporação de faculdades estaduais presentes na região e que funcionavam de forma isolada.

Desde 2005 a universidade se mobilizou para a adoção das políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, foi criado um grupo de trabalho para discutir o processo de democratização da universidade pública (Felipe; Carvalho, 2021, p. 19). Em 2006, o Conselho Universitário aprovou a reserva de vagas para candidatos de escola pública e, dentre essas vagas, um percentual para negros¹⁵. Nesse processo, destacou-se a intensa atuação das professoras Aparecida de Jesus Ferreira e Ione Jovino do Núcleo de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade (NUREGS), entre outros membros. Desde a implantação das ações afirmativas na UEPG, as políticas passaram por duas avaliações¹⁶, uma em 2013 e outra em 2022. Atualmente a política tem a seguinte composição: 5%, de forma irrestrita, para candidatos/as com deficiência, independente do percurso escolar, 5%, de forma irrestrita, para candidatos/as negros/as, independente do percurso escolar, 10% para candidatos/as negros/as provenientes de escola pública, de até 40% aos/às candidatos/as oriundos/as de escola pública e de até 40% destinadas à concorrência universal (UEPG, 2022).

A *Universidade Estadual do Norte do Paraná* (UENP) foi criada, por meio da Lei Estadual nº 15.300, em 28 de setembro de 2006 a partir da incorporação de cinco faculdades estaduais situadas em três municípios do Norte Pioneiro do Paraná: Jacarezinho, Cornélio Procópio e Bandeirantes.

Em 2017, visando diminuir as desigualdades sociais e raciais perpetradas pelo racismo, impulsionada pela mobilização da comunidade interna e externa à UENP, sobretudo com a participação de membros da gestão, de professores, estudantes e de membros do NEAB e do LEAFRO da UEL, entre outros apoiadores das políticas de ação afirmativas, as cotas foram aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UENP

vagas para estudantes oriundos de escolas públicas; metade dessas vagas são destinadas aos negros do mesmo tipo de instituição, ou seja, 20% do total das vagas. 5% para negros independentes do percurso escolar e 5% para pessoas com deficiência.

¹⁵ Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2020/11/3_Reservade-vagas-nos-Processos-Seletivos-da-UEPG.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/04/Relatorio-final-da-Politica-de-Cotas-versao-18-04.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

(CEPE). A implementação das cotas para escola pública e negros nos cursos de graduação são oferecidos por essa universidade da seguinte forma: 40% das vagas são destinadas a alunos cotistas, sendo 20% para candidatos de escolas públicas e outros 20% para autodeclarados negros, também oriundos de escola pública²⁴. Cabe destacar o atual protagonismo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual do Norte do Paraná “Beatriz Nascimento” (NEABI-UENP), coordenado pelo professor Antônio Donizete Fernandes, no apoio à política de ação afirmativa e o engajamento no combate ao racismo na educação superior.

A *Universidade Estadual de Maringá* (UEM) foi criada em 1969, a partir de três faculdades da região noroeste do estado e é multicampi, com presença em 6 municípios. Hoje, é considerada uma das mais importantes IES do estado e, desde 2008, a UEM realizou debates sobre a política de inclusão para a população negra, porém, a iniciativa foi rejeitada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo aprovada apenas a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte de renda. Cabe destacar a intensa participação dos movimentos sociais nesse processo, especialmente do Movimento Negro, da comunidade universitária e, sobretudo, dos membros do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB), sob a coordenação de Marivânia Conceição Araújo. Em dezembro de 2010, a universidade adotou a política de ação afirmativa, com a implantação das cotas sociais sem a reserva de vagas para negros.

O debate para implementação das cotas para negros na UEM, que ocorreu somente em 2019, foi impulsionado pelo coletivo de estudantes negras e negros *Yalode-Bada*, que redigiu e apresentou a solicitação para a câmara dos coordenadores de curso. Uma vez iniciado o processo, o NEIAB se somou ao grupo e organizou uma ampla campanha a favor das cotas para negros na UEM, que envolveu professores de todos os centros da instituição: técnicos, estudantes, artistas e a comunidade não acadêmica. O processo teve um trâmite lento devido à resistência de setores conservadores da universidade, mas a luta teve êxito em 20 de novembro de 2019, quando simbólica e efetivamente as cotas para negros e negras foram aprovadas pelo Conselho Extensão e Pós-Graduação (CEP).

Em 2019, portanto, a UEM aprovou a reserva de vagas de 20% para estudantes negros, sendo 15% para oriundos de escolas públicas e 5% para estudantes

negros independentes do percurso (Felipe; Carvalho, 2021, p. 22)¹⁷. Atualmente, a instituição dispõe de 60% de suas vagas para concorrência geral, 20% das vagas destinadas ao sistema de cotas sociais¹⁸ e 20% de cotas para negros¹⁹.

A *Universidade Estadual do Paraná* (Unespar) foi credenciada em 2013 e recredenciada em 2019. Trata-se de uma jovem universidade que é o resultado da junção de nove faculdades no Paraná. Hoje, a universidade é formada por sete campi e, como as demais universidades paranaenses, está vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior - SETI.

Desde 2017 a Unespar mobilizou a comunidade universitária em torno das ações afirmativas, que contou com a atuação de estudantes, do Centro de Educação em Direitos e do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERA) e com a recém-coordenação de Alexandro Eleotério Pereira de Souza. A mobilização contou com apoios de universidades como a UEL, sobretudo de membros do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (LEAFRO), mediante a participação em palestras sobre as ações afirmativas, com destaque para experiência da UEL no processo de implantação das cotas e de representantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Após esse processo, a Unespar adotou a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e, dessas vagas, reservou-se uma parte para estudantes negros (Felipe; Carvalho, 2021, p. 20-21). Hoje, a universidade adota 50% de suas vagas para a política com a seguinte subdivisão: 25% das vagas para candidatos/as que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; 20% das vagas para candidatos/as pretos/as ou pardos/as que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; 5% das vagas para candidatos/as com deficiência

¹⁷ “Para a implantação do sistema de cotas para negros de acesso aos cursos de graduação da universidade, a que se refere o artigo 2º [ofertadas em Processo Seletivo Vestibular], é destinado 20% das vagas do vestibular para os candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos), sendo que $\frac{3}{4}$ desses candidatos devem atender aos critérios da Resolução n.º 012/2010-CEP (condição social), e $\frac{1}{4}$ independente desses critérios, em cada curso e turno, sendo que em casos no qual esse percentual represente um número fracionário, deve ser feito o arredondamento para o número inteiro mais próximo” (UEM, 2019, p. 2).

¹⁸ Cf. Resolução n. 008/2020-CEP. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2020/cep/008cep2020.htm>. Acesso em: 13 maio 2023.

¹⁹ Cf. Resolução n. 028/2019-CEP. Disponível em: <http://www.daa.uem.br/estude-na-uem/pas-vestibular/28-2019-cep.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

que concluíram o ensino médio, independente do percurso de formação, público ou privado²⁰.

A *Universidade do Oeste do Paraná* (Unioeste), fundada em dezembro de 1994, possui cinco campi localizados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo. Como outras IES do Estado, a Unioeste é o resultado da composição de algumas faculdades municipais da região.

Como mencionado anteriormente, a adoção da política de cotas para negros/as ocorreu na Unioeste em 2022, com o primeiro ingresso em 2023, após a recomendação expedida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), por meio da atuação do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH)²¹. A partir de 2023, a distribuição de vagas na instituição se constitui da seguinte forma: 50% das vagas são destinadas a candidatos/as oriundos de escola pública, das quais 20% são reservadas para candidatos/as negros/as, que devem atender os mesmos critérios de procedência da escola pública. As demais vagas são destinadas à ampla concorrência. Além da oferta regular de vagas, é assegurado à pessoa com deficiência 5% das vagas²².

A *Universidade do Centro-Oeste* (Unicentro) nasceu em 1990 a partir da fusão de duas faculdades. O processo de reconhecimento foi concluído em 1997. Além da sede principal em Guarapuava, a instituição tem campus em Irati, Chopinzinho, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis.

Conforme mencionado previamente, até o momento da redação deste trabalho a Unicentro não possui ações afirmativas para negros/as. Após tratativa extrajudicial do NUCIDH da DPE-PR junto a administração da Unicentro, a instituição se comprometeu a implementar cotas para negros/as com o primeiro ingresso previsto para 2024. Entretanto, a proposta inicial apresentada pela Unicentro (2022) após receber a recomendação da Defensoria Pública do Paraná,

²⁰ Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2019/resolucao-no-001-politica-de-cotas-co_pia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

²¹ Cf. Resolução n. 182/2022-CEP de 15 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/resolucao_unioeste.pdf. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

²² Cf. Unioeste (2023).

foi de estabelecer a reserva mínima de 5% das vagas para negros do vestibular e SISU, percentual considerado inferior à proporção de negros na região. Por esta razão, o NUCIDH da DPE-PR protocolou uma Ação Civil Pública (Paraná, 2023) para exigir da universidade a reserva de vagas em consonância com a legislação brasileira de ações afirmativas na educação superior (Brasil, 2016).

6 A CAMPANHA “UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA LUTA CONTRA O RACISMO”

Desde 2016, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (NEAB/UEL) participa da parceria com a Cátedra Unesco. A experiência do NEAB/UEL em atuar em várias iniciativas, como nos eventos anuais, na Conferência Regional de Ensino Superior (CRES 2018) e em publicações junto à Cátedra, contribuiu para a adesão à campanha das sete universidades estaduais paranaenses.

Os NEAB's e grupos correlatos dessas instituições tinham uma longa experiência de parceria, em especial na luta pelas ações afirmativas para a população negra, com a participação conjunta em vários momentos da história nas lutas antirracistas e dos estudos das questões raciais nas universidades do Paraná. Essa experiência propiciou a adesão de todos/as coordenadores/as dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e seus congêneres das seguintes universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Dessa união resultou o projeto intitulado “Universidades Estaduais do Paraná na Luta Contra o Racismo” aprovado pela coordenação da campanha. Inicialmente, contou com uma equipe proponente composta por diversos professores, pesquisadores e discentes das universidades envolvidas, bem como os coordenadores do NEABs e grupos correlatos: Ione da Silva Jovino (UEPG), Maria Nilza da Silva (UEL), Alexandro Eleotério de Souza (Unespar), Marivânia Conceição Araújo (UEM), Antonio Donizete Fernandes (UENP), Sônia Maria dos Santos Marques (Unioeste) e Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro); as professoras

Mariana Panta (UEL); Aparecida (UEPG), Rosiney (UENP), Cristiane Gonçalves de Souza (UEPG); e os estudantes de pós-graduação e graduação Gabriel Gustavo dos Santos (UEL), Nikolas Gustavo Pallisser Silva (UEL), Amadeo Casemiro de Andrade (UEL), Gabriel Gustavo dos Santos (UEL), Carolina Pinheiro Silva de Almeida Prado (Unicentro), Fernanda Sabei de Souza (Unicentro), Leonardo Henrique Melo Silva (Unicentro), Mariana Luzes Molina (Unicentro), Alana Kopczynski (Unicentro), Ana Carolina Keil (Unicentro), Eduarda Lima Cordiaka (Unicentro), Isadora Coelho de Souza Ferreira (Unicentro), que trabalharam de maneira colaborativa para a materialização e apresentação da proposta. Além dos mencionados, ao longo do percurso outros colaboradores se juntaram para contribuir com o desenvolvimento das atividades, tanto os estudantes na organização, como professores e pesquisadores de outras instituições que ofereceram palestras, oficinas e minicursos. Convém destacar ainda a frutífera parceria com a coordenação das equipes multidisciplinares do Núcleo Regional de Educação de Londrina, representada pela professora Márcia Cacilda Ribeiro, que estimulou o engajamento de diversos professores da educação básica nas ações desenvolvidas no âmbito da campanha.

A campanha foi desenvolvida com a participação de todas essas universidades por meio de intensa mobilização, com várias reuniões para a organização da campanha a fim de pensar na preparação dos eventos, que contaram com palestras, oficinas, conferências, mesas redondas, entre outras atividades, que ocorreram ao longo dos meses de setembro a novembro de 2021. A campanha contou com a participação ativa na organização e realização de professores e estudantes que se empenharam para que todas as atividades tivessem êxito, tanto na organização quanto na participação durante a realização das atividades.

Cabe destacar a presença ativa dos estudantes, notadamente na elaboração do material de divulgação como os cartazes, *cards*, inserção de informações da campanha nas redes sociais e, especialmente, durante a realização dos eventos, nos quais eles foram responsáveis pela transmissão de webinários e *lives*, pois o período era de plena pandemia da COVID-19. Além dessa participação de todos/as, houve a ampla divulgação (Dorna, 2021; UEPG, 2021; Arimathéia, 2021; UENP, 2021) sobre a campanha da Unesco em cada universidade participante. Foi um momento privilegiado de união de forças para o combate ao racismo no interior das instituições de ensino superior do estado do Paraná.

Além da participação e parceria dessas universidades, a campanha proporcionou o conhecimento e a partilha de diferentes experiências com universidades brasileiras e da América Latina. De fato, foi um momento rico de trocas de conhecimentos e de estratégias na luta contra o racismo no ensino superior para todas/os que participaram da experiência. O projeto deu origem a várias iniciativas que ocorreram entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2021 no ambiente virtual, de forma totalmente remota, em decorrência da pandemia do coronavírus, dentre as quais destacam-se: a produção de seminário sobre ações afirmativas; webinar sobre história e resistência da população negra e indígena no Paraná; oficinas, rodas de conversa com professores, estudantes negros costistas, quilombolas e indígenas; produção de material audiovisual e microvídeos.

Desse modo, o projeto resultou em três eventos colaborativos coordenados por instituições específicas, mas cujo processo de estruturação e organização envolveu o diálogo permanente entre as sete universidades participantes. Os eventos foram: 1) Roda de Conversa sobre o lançamento da campanha de combate ao racismo nas universidades estaduais do Paraná, coordenado pela UEPG; 2) O II Seminário sobre Racismo Estrutural e Institucional em Instituições de Ensino Superior, conduzido pela UENP; e 3) O encerramento da campanha "Universidades Estaduais do Paraná na Luta contra o Racismo", promovido pela UEL. Todos os eventos foram precedidos pela apresentação de um vídeo (UNTREF, [s.d.]) produzido pela Cátedra Unesco, reafirmando, assim, a mobilização e a parceria com a cátedra na luta contra o racismo nas das instituições de ensino superior na América Latina.

O primeiro evento ocorreu no dia 09 de setembro de 2021 e foi transmitido pela plataforma *Youtube*, no canal Oficial UEPG. Participaram da atividade diversas autoridades, como o Reitor da UEPG, Miguel Sanches Neto, Ione Jovino, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UEPG, e Delton Aparecido Felipe, membro e diretor da Associação Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Outrossim, o evento contou com a participação de professores representantes das sete universidades estaduais: Alexsandro Eleotério (Unespar); Antonio Donizeti Fernandes (UENP), Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG); Maria Nilza da Silva (UEL); Marivânia Conceição Araújo (UEM); Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro), Sônia Marques (Unioeste), que realizaram uma roda de conversa compartilhando

experiências institucionais sobre o tema e enfatizando a importância de se pensar em estratégias de enfrentamento para reduzir os impactos do racismo no contexto universitário.

O segundo evento que integrou a sequência de iniciativas do projeto foi o II Seminário sobre Racismo Estrutural e Institucional em Instituições de Ensino Superior, coordenado pela UENP. As atividades do evento foram divididas em dois dias, 28 e 29 de outubro, e também foram transmitidas pelo *Youtube*, por meio do canal NEABI Beatriz Nascimento. A cerimônia de abertura contou com a apresentação cultural de Vanessa Machado, uma mulher negra, professora de canto e graduanda em Pedagogia pela UENP, que deu voz à canção "Negra", de autoria de Iara Ferreira e Luís Barcelos, sobre os dilemas em ser negra/o na América Latina. Após, foi apresentada a mesa de autoridades, composta por Fabiano Costa, vice-reitor da UENP e a representante da Cátedra Unesco da UNTREF, a pesquisadora Anny Ocoró Loango, que falaram sobre a importância de iniciativas dessa natureza. Por fim, foi iniciada uma mesa redonda intitulada "Base Comum Curricular (BNCC) e o ensino das relações étnico-raciais", com a participação dos professores Leandro Bulhões (UFC) e Ivan Siqueira (USP), mediada pelo docente Antônio Donizeti Fernandes (UENP).

No dia seguinte, 29, foram ministrados, simultaneamente, quatro minicursos durante o período matutino. "Escritoras negras na literatura e a contribuição das obras para a formação antirracista do leitor", oferecido pela docente Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro), teve como objetivo discutir e refletir sobre as produções de mulheres negras, bem como problematizar o seu deliberado apagamento, compartilhando com os participantes autoras e obras ainda pouco conhecidas devido à hegemonia branca no meio literário. "Como a educação pode contribuir para a desconstrução do racismo", apresentado pelos professores Antônio Ferreira (IFPR) e Isabel Cristina Correia Roesch (Unioeste), cujo foco foi socializar aportes teóricos que contribuem para a desconstrução do racismo no ambiente escolar, bem como analisar como a temática está posta na matriz curricular dos cursos de Pedagogia das universidades estaduais. "Letramento racial crítico e estudos da linguagem", ministrado pela professora Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG) e sua orientanda de mestrado, Luara Real (UEPG), apresentou reflexões importantes sobre como o racismo está entremeado na linguagem cotidiana, sendo expresso em determinadas nomenclaturas que muitas vezes

passam despercebidas aos olhos e ouvidos de muitos, salientando o seu impacto negativo na subjetividade dos indivíduos. A Oficina “Presença indígena na universidade: racismo e preconceito”, ofertada pelo docente Isael da Silva Pinheiro (UFRGS), discutiu sobre as experiências de estudantes indígenas na universidade, focalizando seus principais desafios envolvendo temas como: cotas, racismo e preconceito.

Durante o evento foram realizadas também mesas temáticas que abordaram diferentes tópicos nos períodos matutino, vespertino e noturno. A primeira mesa, intitulada "Narrativas de vida e políticas de (re)existência", contou com a participação dos pesquisadores Megg Rayara de Oliveira (UFPR), Sonia Marques (Unioeste), Clodoaldo Porto Filho (UEL), e foi mediada pela professora Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro). O grupo discutiu sobre as diversas formas de violência enfrentadas por grupos socialmente marginalizados, como os negros e LGBTQIA+, além da necessidade premente de eles desenvolverem estratégias de resistência nos ambientes em que estão inseridos. A segunda mesa, “Educação Básica: currículo e as desigualdades - entre a intervenção e a omissão”, foi composta pelas pesquisadoras Aparecida de Jesus (UEPG), Alessandra Guimarães dos Santos Medina (UEM) e mediada pelas professoras Rosiney Aparecida Lopes do Vale (UENP) e Marivânia Conceição Araújo (UEM), discutiu sobre as dificuldades na aplicabilidade da lei 10.639/03 e da efetivação de uma educação antirracista na educação básica. A terceira, nomeada como “Ações afirmativas: uma análise das experiências e perspectivas futuras”, composta por Maria Nilza da Silva (UEL), Antonio Donizeti Fernandes (UENP), Ione Jovino (UEPG) e mediada pelo pesquisador Alessandro Eleotério (Unespar), debateu sobre os principais avanços no que tange às ações afirmativas a partir das experiências institucionais de cada universidade, enfatizando também problemáticas que precisam ser repensadas e melhoradas para uma maior efetividade dessas políticas públicas. Por fim, a professora Cecília Gusson (UEL), ministrou a mesa de encerramento, nomeada “Experiências de ensino das relações étnico-raciais e a BNCC”, mediada pela professora Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG), na qual foi debatida a invisibilidade da temática racial dentro da BNCC.

O terceiro e último evento, responsável por encerrar a campanha, ocorreu no dia 18 de novembro e contou com diversas atividades ao longo do dia

todo que foram registradas no canal do *Youtube* NEAB UEL. Ele teve início às 9h, com a abertura pelo webinar intitulado “Práticas de resistência no Paraná: Experiências de luta das comunidades negra, indígena e quilombola”, composto pelas lideranças: Arlete Ferreira da Silva – representante quilombola (Unioeste), Gêssica Nunes – professora e estudante – etnia Guarani Nhandewa (UEM), Dalzira Yá Gunan – representante do movimento negro e das religiões de matriz africana (UFPR), no qual elas compartilharam suas vivências de resistência e luta contra a discriminação e preconceito racial. A mesa teve a mediação da professora Sônia Maria dos Santos Marques. Na parte da tarde houve uma série de oficinas oferecida por docentes da Unicentro, sendo elas: “Descolonizando costumes” (15 às 16 horas), que foi ministrada por Ana Paula Wagner (Unicentro) e Celso Japoty Alves Yvyrupa (Unicentro) e buscou desmistificar costumes, artefatos, religiões, festividades e pensamentos da cultura indígena e afro-brasileira, que são comercializados e rotulados a partir de uma visão eurocêntrica. “Negritude e Universidade” (16 às 17 horas), proposta pela docente Paula Marques (Unicentro) e mediada por Aleksandro Eleotério (Unespar), que abordou as dificuldades da população negra no acesso ao ensino superior, além do racismo institucional presente neste espaço, que tendem a acarretar prejuízos à saúde e permanência de estudantes negras/os. “Literatura antirracista: Diálogos Literários” (17h30 às 18h30), produzido pelos professores Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro) e Edson Santos Silva (Unicentro), com mediação de Orlando Luiz de Araújo (UFC), que discutiu sobre a questão da representatividade dos diferentes setores da sociedade, com o objetivo dar visibilidade à autoria de mulheres negras, LGBTQI+ e indígenas, a fim de combater as desigualdades e potencializar vozes que foram historicamente silenciadas. Convém destacar que, por terem sido transmitidas pela plataforma *Google Meet*, não foi possível registrá-las em vídeo como as demais atividades.

A mesa de encerramento foi iniciada, novamente, com a apresentação artística da cantora Vanessa Machado, que cantou a música Baobá, de Toninho Breves e Luiz Carlos Seixas, retratando o processo de luta e resistência dos povos africanos escravizados. Em sequência, foi formada a mesa de autoridades, dentre as quais destaca-se a presença do reitor da UEL, Sérgio Carvalho, a pró-reitora de assuntos estudantis da UEPG Ione Jovino e a pró-reitora de extensão da Unioeste Fabiana Veloso. Por fim, a conferência final, intitulada “As Ações Afirmativas e o

combate ao racismo na Universidade”, foi realizada pela Dra. Dora Lúcia Bertúlio (Procuradora de Justiça Federal - UFPR) e mediada pela docente Maria Nilza da Silva (UEL), que discorreu sobre toda conjuntura social, histórica e jurídica desfavorável que tornou necessária a existência de políticas públicas focais para a redução de desigualdades na vida da população negra, como as cotas.

Após a conferência, cada representante das sete universidades tiveram um momento para falar sobre como foi a experiência de ter participado do projeto, bem como os desafios futuros com relação ao combate ao racismo no contexto universitário.

7 AÇÕES EMPREENDIDAS: NÚMEROS E REPERCUSSÕES

Com relação aos dados objetivos referentes às ações realizadas em conjunto pelas sete universidades, convém mencionar que o II Seminário sobre Racismo Estrutural e Institucional em Instituições de Ensino Superior contou com mais de 400 inscritos, enquanto o encerramento da campanha certificou mais de 200 participantes. As atividades do projeto, incluindo as disponibilizadas no *Youtube*, obtiveram mais de 3.600 visualizações. As oficinas, que não foram gravadas, contaram com mais de 100 participantes simultâneos em cada uma delas. Além disso, o projeto teve uma grande presença nas redes sociais, com mais de 600 interações, incluindo curtidas, compartilhamentos e comentários no *Facebook* e outras plataformas. Vale ressaltar que o projeto teve uma adesão significativa de professores do ensino básico da rede pública, graças à parceria com o Núcleo Regional de Ensino de Londrina, que divulgou as ações do projeto para os docentes, visando oferecer conhecimentos para o enfrentamento ao racismo também no ambiente escolar.

A campanha também teve repercussão midiática. Além da divulgação nas páginas institucionais das universidades envolvidas, o projeto foi veiculado em jornais de maior circulação, como: Agência Estadual de Notícias do Governo do Paraná, CNB Ponta Grossa, RSN Rádio, Bem Paraná e Universidades Hoy. Também foi realizada uma entrevista com Ione Jovino, representante da UEPG, para o jornal CBN sobre a campanha.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados sobre as ações realizadas pelas sete universidades demonstram a relevância do projeto no combate ao racismo estrutural e institucional nas instituições de ensino superior. O número de participantes reflete o engajamento do público e a importância do tema abordado. Além disso, a adesão significativa de professores do ensino básico da rede pública, em especial do Núcleo Regional de Londrina, indica que o projeto contribuiu para a conscientização e ampliação do enfrentamento do racismo, também, no ambiente escolar. A repercussão midiática alcançada pela campanha, com divulgação em jornais locais e nacionais, incluindo um jornal internacional, evidenciam a relevância do projeto e a importância da conscientização sobre o tema do racismo estrutural e institucional em todo território brasileiro.

Além disso, o contato e a troca de experiências entre as universidades representaram uma oportunidade de fortalecimento da luta contra o racismo, possibilitando a criação de redes de apoio e colaboração entre as instituições envolvidas. Essa troca de experiências também permitiu que as universidades pudessem compartilhar boas práticas e estratégias efetivas na promoção da igualdade racial, contribuindo para a construção de alternativas mais inclusivas e equitativas aos problemas e desafios que ainda enfrentamos para o combate ao racismo na educação superior. Em resumo, os impactos do projeto foram significativos tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade em geral, ao contribuir para a conscientização e combate ao racismo. Além disso, ao propiciar o estreitamento de laços entre docentes, pesquisadores e estudantes das IES participantes, a campanha fomentou um vínculo de solidariedade que transcende o campo das ações realizadas e que, certamente, perdurará em outras oportunidades e parcerias.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

ARIMATHÉIA, José. IEESs têm série de ações dentro da 2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior na AL. *O Perobal*, Londrina, 8 set. 2021. Disponível em:

<https://operobal.uel.br/sociedade/2021/09/08/2-campanha-erradicacao-racismo-na-educacao-superior-na-ual/>. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. *Lei n. 13.409*, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2012.

DÁVILA, Jerry. *O diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917 - 1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DELGADO, Paulo Roberto. Negros no Paraná na primeira década do século XXI: características demográficas e desigualdades raciais. In: RAGGIO, Ana; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. *Abordagem histórica sobre a população negra no estado do Paraná*. [Volume 2]. Curitiba: SEJU, 2018.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2015.

DORNA, Camila Cantoia. UEM e mais seis Universidades do Paraná promovem evento contra racismo. *Notícias UEM*, Maringá, 9 set. 2021. Disponível em: http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26049%3Aue-m-e-mais-seis-universidades-estaduais-promovem-evento-contra-racismo&catid=986%3Apgina-central&Itemid=211. Acesso em: 13 maio 2023.

FELIPE, Delton Aparecido; CARVALHO, Lílian Amorim. Cotas para a população negra na Universidade Estadual de Maringá: mobilizações, implementação e desafios. *Revista da ABPN*, Curitiba, v. 13, [n. ed. Especial], p. 11-37, 2021.

FELIPE, Delton Aparecido. Cotas Raciais e Comissões de Heteroidentificação como Direito de Minoria: contexto e desafios. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 4, n. 10, p. 86-103, 2022.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória. In: RAGGIO, Ana; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. *Abordagem histórica sobre a população negra no estado do Paraná*. [Volume 2]. Curitiba: SEJU, 2018. p. 7-25.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: GOMES, Nilma Lino. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, 2021.

LACERDA, João Batista. *Sur le métis au Brésil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1911.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. [s.l.]: T. A. Queiroz, 1989.

PARANÁ. Defensoria Pública do Estado. Defensoria do Paraná vai à Justiça para que vestibular da Unicentro reserve 20% de suas vagas para cotistas raciais. *Defensoria Pública do Estado do Paraná*, Curitiba, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Defensoria-do-Parana-vai-Justica-para-que-v-estibular-da-Unicentro-reserve-20-de-suas-vagas>. Acesso em: 13 maio 2023.

PARANÁ. *Lei geral das universidades estaduais do Paraná* - Proposta de um anteprojeto de lei. Curitiba: Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, 2019. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2019/07/proposta-de-lei-geral-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

PARANÁ. *Lei n. 14.274*, de 24 de dezembro de 2003. Reserva vagas a afro-descendentes em concursos públicos, conforme especifica. Curitiba: Governo do Estado, 2003.

SADER, Emir. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby: memórias e lutas pelas ações afirmativas*. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: https://sites.uel.br/leafro/wp-content/uploads/2023/05/A-Casa-Dona-Vilma_SITE.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

UNICENTRO. *Resolução n. 28-CAD/UNICENTRO*, de 10 de novembro de 2022. Aprova a tabela de taxas para o aluguel de espaços físicos nos Câmpus da UNICENTRO, e dá outras providências. Guarapuava: Unicentro, 2022. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/resolucao_unicentro.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023

UNIOESTE. Informações sobre o vestibular: o sistema de cotas na Unioeste. *Unioeste*, Cascavel, 2023. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/informacoes-ingresso/informacoes-sobre-ovestibular/54698-reserva-de-vagas-cotas>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ [UEM]. *Resolução n. 028/2019-CEP*. Aprova a implantação de Cotas para Negros (pretos e pardos) e sua Regulamentação. Maringá: UEM, 2019. Disponível em: <http://www.daa.uem.br/estude-na-uem/pas-vestibular/28-2019-cep.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA [UEPG]. *Resolução UNIV – n. 2022.28*. Estabelece normas relativas à reserva de vagas ofertadas no Vestibular e Processo Seletivo Seriado dos Cursos de Graduação presenciais, para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, para aqueles que se autodeclarem negros e pessoas com deficiência. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/08/Resolucao-UNIV-2022.28.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA [UEPG]. Prae-UEPG promove evento contra racismo no ensino superior paranaense. *UEPG*, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://www.uepg.br/evento-prae-unesco/>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ [UENP]. UENP e universidades estaduais lançam campanha contra o racismo. *UENP*, Jacarezinho, 10 set. 2021. Disponível em: <https://uenp.edu.br/noticias/item/3189-uenp-e-universidades-estaduais-lancam-campanha-cont-ra-o-racismo>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNTREF. Microvideos de la iniciativa otros videos para la erradicación del racismo. *Untref*, [s.l.], [s.d]. Disponível em: <http://unesco.untref.edu.ar/videos-producidos-por-untref-media>. Acesso em: 10 maio 2023.

Sobre os autores:

Maria Nilza da Silva: Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorado Sanduíche na École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Coordenadora do Grupo de Estudos Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (LEAFRO/UEL). Atua na área de Sociologia com ênfase em Relações Raciais, População Afro-Brasileira, Migração, Ensino Superior e Ações Afirmativas, Membro da Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina - Iniciativa para la Erradicación del Racismo en la Educación Superior, sob a coordenação de Daniel Mato - UNTREF, Argentina, desde 2017. **E-mail:** mnilzap@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8596-4965>

Gabriel Gustavo Santos: Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-sociais ou Raciais, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). **E-mail:** gabrielsantosps50@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2091-2712>

Delton Aparecido Felipe: Doutor em Educação com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro-Portugal. Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Secretário Executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). **E-mail:** ddelton@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3637-0401>

Mariana Aparecida dos Santos Panta: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com a realização de Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Realizou Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com bolsa concedida pela CAPES. Professora Colaboradora do Departamento de Ciências Sociais da UEL. **E-mail:** marianasantospanta@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5476-3546>

Sonia Maria dos Santos Marques: Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada no Curso de Pedagogia e Diretora do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão. **E-mail:** mrqs.sonia@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0865-9585>

Clodoaldo Porto Filho: Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrado em Serviço Social e Política Social pela UEL. Psicólogo da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **E-mail:** clodoaldo.filho@uel.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0007-6799-3421>

Recebido em: 14/05/2023

Aprovado para publicação em: 31/01/2024

